

## **Turismo Militar na Baía de Guanabara: o uso do patrimônio histórico no seu entorno**

**Military Tourism in Guanabara Bay (Brazil): use of  
historical heritage in its surroundings**

**Antonio Ferreira Sobrinho<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O presente estudo teve o objetivo de levantar as possibilidades de desenvolvimento do turismo militar, usando o patrimônio histórico e cultural militar existente no entorno da Baía de Guanabara, como atrativos nos roteiros turísticos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, no estado do Rio de Janeiro, particularmente aqueles que possam ocorrer por via marítima. Para isso, foi realizada uma análise comparativa entre os cenários já existentes e as possibilidades reais de integração no circuito de turismo militar a partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo para descobrir a infraestrutura náutica existente, especificamente atracadouros. Foram avaliadas, também, as condições de utilização desse patrimônio para o desenvolvimento de roteiros com base na temática histórico-cultural e militar, de forma a atender as demandas turísticas náuticas da Baía da Guanabara, atualmente restritas aos passeios contemplativos de suas águas, ilhas e fortificações. As observações colhidas revelaram um grande potencial turístico a ser explorado.

**Palavras-chave:** Turismo militar; Patrimônio histórico e cultural militar; Turismo náutico.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Mestrado em Aplicações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Graduação em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Coronel do Exército Brasileiro. Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). E-mail: af.sobrinho@hotmail.com

**ABSTRACT:** The present study aimed to raise the possibilities of developing military tourism, using the military historical and cultural heritage around the Guanabara Bay, as attractions in the tourism routes of the cities of Rio de Janeiro and Niterói (RJ, Brazil), particularly those that may occur by sea. For this, a comparative analysis was carried out among the already existing scenarios and the real possibilities of integration in the military tourism circuit. It was used bibliographic, documentary and field research in order to discover the nautical infrastructure, specifically the berths. The conditions of use of this heritage were also evaluated for the development of routes based on the historical-cultural and military themes, in order to meet the nautical tourism demands in Guanabara Bay that nowadays are restricted to contemplative tours of its waters, islands and military forts. The observations revealed a great tourism potential to be explored.

**Keywords:** Military tourism; Military historical and cultural heritage; Nautical tourism.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de abordar as possibilidades de desenvolvimento do turismo militar, usando o patrimônio histórico e cultural militar existente no entorno da Baía de Guanabara, como atrativos nos roteiros turísticos das cidades do Rio de Janeiro/RJ e Niterói/RJ, particularmente aqueles que possam ocorrer por via marítima. Para tanto, o texto foi organizado por meio de uma sequência em que são abordadas as questões relativas ao patrimônio histórico e cultural militar, sobre o turismo militar e a sua importância para a valorização da cultura brasileira. Fundamentado em uma abordagem interdisciplinar, o presente trabalho foi construído metodologicamente mediante análise documental e bibliográfica, a fim de auxiliar a compreensão do contexto histórico de cada atrativo turístico e, na delimitação e construção do tema abordado. Em seguida um trabalho de campo foi realizado para analisar a viabilidade da tratativa.

O artigo foi organizado em três seções, de maneira a contemplar a temática em pauta. Inicia com os conceitos que balizam o trabalho, para então levantar e analisar os monumentos, fortificações e instalações militares bem como a sua infraestrutura náutica de atracação existentes às margens da Baía de Guanabara. Esses, pelas suas condições físicas e importância histórica, têm o potencial de constituírem em atrativos turísticos. Então são apresentadas as considerações finais a respeito da proposta de uso desse patrimônio nos roteiros turísticos náuticos das cidades do Rio de Janeiro/RJ e Niterói/RJ.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A ideia de patrimônio histórico no Brasil advém dos anos de 1930 quando fora criado pelo governo Vargas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), institucionalizando a preservação do patrimônio histórico e cultural do país, assumindo a tarefa de proteger, mas também identificar, selecionar, conservar e restaurar os bens culturais de natureza material (PEREIRA, 2012).

Em 1938, apenas um ano após a criação do SPHAN, diversos fortes de arquitetura militar foram tombados. Castro ao estudar as fortificações afirmou que logo nos primeiros anos de atuação o SPHAN tombou “vinte e quatro fortificações com o objetivo de preservar os monumentos de maior valor social, protegendo-os por Lei contra a destruição ou adulteração” (CASTRO, 2013, p. 14).

Ainda para o autor, os fortes possuíam valor simbólico e não mercadológico e a decisão dos funcionários do SPHAN daquela época, de tomar os fortes, foi sábia: “uma visão que, se fosse encarada de forma pragmática e meramente utilitária, implicaria no desprezo dessas construções, que não tinham um uso concreto” (CASTRO, 2013, p. 15). Na perspectiva de se dar outra funcionalidade para o espaço, é perfeitamente compatível o seu uso a partir da ótica do chamado “turismo militar”, uma das segmentações da atividade turística.

Segundo Ignarra (2007), os atrativos estão relacionados com as motivações de

viagem dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos. Nesse sentido, verifica-se que o turismo militar está intimamente ligado ao turismo histórico-cultural, compreendido como “aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando à visitação à monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos, musicais, museus, pinacotecas”. (BRASIL, 2006).

O turismo militar já vem sendo estudado, há algum tempo, no Brasil e no exterior, destacando-se, particularmente, em Portugal, de onde vem o conceito que melhor o define:

O Turismo Militar, enquadrado no Turismo Cultural, reúne todas as condições para ser considerado como uma acção de apropriação de recursos turísticos, nomeadamente de índole histórica e militar, que após um processo de transformação destes em atractivos é apresentado sob diferentes formas de atracção a um público-alvo indiferenciado, tendo em consideração a variedade de possibilidades inerentes ao conceito. (COELHO, 2011, p 24)

O turismo militar gera uma série de “produtos” que se relacionam, não apenas com os objetivos das forças militares, como também de todo o processo que envolve o ordenamento turístico e a receita gerada a partir dele. Coelho ao pesquisar o potencial do turismo militar, notadamente das fortificações, em Portugal, lhe atribui como produção:

- Atividades didáticas e pedagógicas: as atividades didáticas e pedagógicas assumem-se como uma componente de vital importância para o seu desenvolvimento. Conhecer melhor o Turismo Militar é conhecer também uma faceta da história e cultura, tendo em consideração o fato de o Turismo Militar abordar um vasto espólio de patrimônio.
- Eventos: os eventos nele baseados reforçam turisticamente o território. O cruzamento entre o patrimônio civil e o patrimônio militar é inspirador.
- Animação: A utilização da animação como recurso de desenvolvimento da imagem local e de entretenimento geral é uma opção viável e exequível. Tendo em consideração o elevado índice de associações culturais e recreativas, independentemente do seu objeto social, existentes ao longo do país, assim como grupos mais específicos, tais como empresas e associações vocacionadas para a recriação histórica, a animação e a recriação histórica são linhas relevantes.
- Visitação: a integração da componente do Turismo Militar num destino turístico é de um ponto de vista de segmentação desse destino, uma forma lógica de integrar um novo atrativo no produto turístico pré-existente, contribuindo para a sua diversidade concentrada. O “espírito do lugar” do território marca a paisagem militar como uma linha que importa reconhecer no contexto da realidade cultural nacional (COELHO, 2011, p. 27).

A partir das duas vertentes de análise – patrimônio histórico e cultural militar e turismo militar – será explicitada a viabilidade de roteiros turísticos por via marítima, de visitação aos fortes e espaços históricos e culturais inseridos nas margens da Baía

de Guanabara, no Rio de Janeiro e Niterói. Para isso, é importante compreender os aspectos conceituais do Ministério do Turismo (MT) a respeito do turismo náutico:

[...] este segmento caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística, se diferenciando dos outros segmentos na medida em que o seu principal elemento caracterizador é um equipamento náutico, agregando-se à este, o patrimônio cultural e natural como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares (BRASIL, 2010).

A abordagem da proposta de roteiro de turismo militar exposta a seguir, possibilita ampliação do seu potencial turístico local, aproveitando-se de um lugar singular, de geografia única, com grandes facilidades para deslocamentos náuticos, e que reconta uma parte da história da formação do Brasil, que é a Baía de Guanabara.

### 3. TURISMO NÁUTICO NA BAÍA DE GUANABARA

Postas essas reflexões teóricas em torno da temática em estudo, o próximo passo para o entendimento dessa proposta é uma ambientação no locus das atividades turísticas a serem sugeridas: A Baía de Guanabara, segunda maior baía do litoral brasileiro, possui uma área de cerca de 380 km<sup>2</sup>, englobando praticamente toda a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (INEA, 2020). Ao longo do seu contorno, estendem-se belezas naturais de formações únicas, assim como construções de estruturas com finalidades diversas: habitacionais, defensivas e administrativas do Estado Brasileiro.

A Barra ou entrada da Baía de Guanabara mede aproximadamente 1500 metros tendo de um lado o Morro Cara de Cão, local de fundação da cidade do Rio de Janeiro, que abriga a Fortaleza de São João e do outro lado a cidade de Niterói, onde está situada a Fortaleza de Santa Cruz da Barra (INEA, 2020). Essas duas fortificações estão incluídas no conjunto de outras dezenove, distribuídas pelo território nacional, para serem reconhecidas pela UNESCO em 2022, como Patrimônio da Humanidade (IPHAN, 2020a).

A singularidade do seu relevo vai influir diretamente na arquitetura militar do sistema de fortificações que foi construído no seu entorno marítimo. Caracteriza-se justamente por seu caráter dinâmico, constituindo-se em um sistema defensivo/articulado/aberto, solução de grande complexidade, tendo em vista que, ao contrário dos exemplos europeus, as cidades do Rio e Niterói, nunca foram dotadas de muralhas fechadas.

Essas características geográficas e de possibilidades de defesa, exigiram, em diferentes momentos históricos, uma acurada atenção para a localização e função de cada forte ou fortaleza. Cada qual, a despeito do seu papel, funcionava integrado ao sistema defensivo da Baía de Guanabara, legando à posteridade, na sua orla, um verdadeiro colar de fortificações, que favorece e facilita o desenvolvimento de roteiros turísticos náuticos diversos em tempo e distância (SANTOS JÚNIOR, 2010, p.2).

Embora possua essas características favoráveis, os atuais níveis de poluição da Baía de Guanabara apresentam considerável processo de degradação ambiental, prejudicando o aproveitamento turístico desse patrimônio. O lixo flutuante dificulta a navegação, causando atrito e reduzindo a velocidade do barco, além de causar acidentes.

Associar o turismo militar com a proposição de um roteiro náutico demandaria adequar a infraestrutura existente, a fim de proporcionar um programa histórico-cultural, que possa transmitir aos visitantes além da história militar presente naqueles espaços, noções de arquitetura militar, preservação ambiental e conscientização social, com as possibilidades geradas de abertura de novas vagas de emprego que beneficiariam a população local.

Como modelo dessa atividade turística na sua prática, estudou-se o funcionamento do Passeio Marítimo realizado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), a partir do Espaço Cultural da Marinha (ECM), localizado no Boulevard Olímpico (centro da cidade do Rio de Janeiro), próximo à Pira Olímpica, local de venda dos ingressos e do embarque. No decorrer do passeio o visitante observa os principais pontos naturais e históricos da cidade maravilhosa, sem a possibilidade de visitá-los, enquanto um guia turístico apresenta as curiosidades e histórias, interagindo, a todo momento, com os turistas.

Os passeios ocorrem de quinta a domingo e nos dias de feriados, nos horários de 13:15 e 15:00 e têm a duração de aproximadamente 80 minutos. São realizados pelo Rebocador Laurindo Pitta (90 lugares), nas quintas/sextas-feiras, e pelo saveiro Rei Thomas (130 lugares), sábados e domingos, contando, ainda com a Escuna Nogueira da Gama: (70 lugares).

Diversas empresas de turismo náutico atuam na cidade, oferecendo *City Tour* diários pelo mar com saída da Marina da Glória (09:30) e chegada no mesmo lugar (11:30). Cheios de histórias e lindas paisagens naturais, esses roteiros disponíveis, em média, são mais abrangentes e tem maior duração do que aquele apresentado pela Marinha.

No âmbito do Exército Brasileiro, essa temática do turismo militar está afeta à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), que desde 2010, já trabalhava o assunto por meio da sua Seção de Patrimônio e Projetos Culturais. Naquela oportunidade elaborou um plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía da Guanabara (SANTOS JÚNIOR, 2010) com o objetivo de viabilizá-lo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que oferecia financiamentos públicos para projetos de uso turístico de patrimônios culturais, os quais contemplavam os fortes. No entanto, este projeto não foi executado, devido ao Banco não ter feito os aportes dos recursos propostos. (SANTOS JÚNIOR, 2010).

Posteriormente em 2011, a Baía de Guanabara, foi objeto de outro plano de desenvolvimento de turismo náutico, dessa vez oriundo dos Ministérios das Cidades e do Turismo para a Prefeitura do Rio. O projeto foi desenvolvido pela Diretoria de

Planejamento e Projetos Urbanos do Instituto Niemeyer, não tendo sido executado (RICCIARDI, 2019). Em 2019, novamente, o mesmo plano foi apresentado para investidores do setor náutico com interesse em pôr em prática as ideias nele contidas. O objetivo do plano foi identificar onde tinham atracadouros e nesses locais, num raio de 500 a 1.000 metros, indicar os pontos de atrativos turísticos para potencializar o turismo da Baía de Guanabara (ALVES, 2019).

O Plano previa a implantação de roteiros por meio de embarcações, que percorressem trajetos pré-determinados com embarque e desembarque de turistas nos atracadouros existentes nos atrativos, ao longo do circuito. O tempo de viagem seria de aproximadamente 180 minutos. Sendo necessárias, no mínimo, duas embarcações no atendimento da rota, com o tempo de espera máximo de 50 minutos (VOGEL, 2011).

As pesquisas de campo aqui realizadas, com base nos estudos e propostas, até então apresentadas, buscou levantar, identificar e ordenar os monumentos, fortificações e instalações militares existentes às margens da Baía de Guanabara, que pela sua importância histórica podem se constituir em atrativos turísticos, utilizando-a ao máximo, na sua porção marítima, insular e costeira.

Um outro objetivo dessa pesquisa foi verificar as condições físicas e estruturais desse patrimônio, no tocante a existência de pontos de atracação próprios ou nas suas proximidades, se já desenvolviam alguma atividade de visitação turística e se a estrutura física e de pessoal existente permitiria a sua inserção na atividade turística a ser proposta. Os resultados desse levantamento estão expostos a seguir, assim como o detalhamento histórico e cultural de cada atrativo:

QUADRO 1: PATRIMÔNIO MILITAR JURISDICIONADO AO EXERCITO BRASILEIRO

Tipo	Nome	Local	Atracadouro
Museu / Forte	Museu Histórico do Exército / Forte de Copacabana	Rio de Janeiro	Sim
Fortaleza	São João		
Forte	Duque de Caxias ou Forte do Leme		Não (usa o atracadouro do Forte de Copacabana)
	Almirante Tamandaré (*)	Não (só contemplação) Ilha da Lage.	
	Gragoatá (*)	Niterói	Não (usa o atracadouro da Estação das Barcas de Niterói)
	Rio Branco		Não (usa o atracadouro da Fortaleza de S. Cruz)
	Imbuí		Sim
	S. Luiz		Não (usa o atracadouro da Fortaleza de S. Cruz)
	Pico		
Fortaleza	Santa Cruz	Sim	
Fortaleza	da Conceição(*)	Rio de Janeiro	Não (usa o atracadouro da Estação das Barcas do Rio- Praça XV)
Centro de Memória	Asilo dos Inválidos da Pátria (Ilha de Bom Jesus)*		Sim
Monumento	Monumento Nacional aos Mortos da 2ª G M.		

FONTE: O autor (2019)

Observação:(\*) As instalações assinaladas apresentam necessidades de infraestrutura turística para recepcionar os visitantes (sanitários, bebedouros, telefones públicos, lanchonetes, áreas de descanso, lojas de “souvenirs”, melhoria dos acessos, segurança, sinalização e divulgação).

O Complexo de Fortes de Niterói, localizado no município de Niterói/RJ, é composto pelos Fortes Imbuí, São Luiz, Rio Branco, Pico, Gragoatá e a Fortaleza de Santa Cruz. Foram construídos entre 1582 e 1918, com o objetivo de complementar o colar de fortificações integrante do sistema defensivo da Baía de Guanabara. O título de Patrimônio Mundial foi concedido ao Rio pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2016, compondo as eleitas “paisagens cariocas entre a montanha e o mar (UNESCO, 2020).

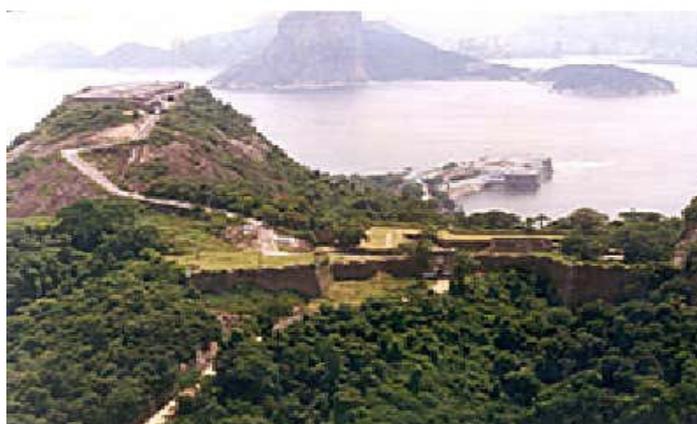
O Forte do Imbuí teve sua construção iniciada em 1863, passando por várias

modificações, tendo sido finalmente inaugurado em 1901, com a presença do presidente da República. Ele ocupa uma área construída de 2.400 m<sup>2</sup>, com cantarias de pedras retiradas da costa do mar, onde se sobressaem as cúpulas encouraçadas de ferro endurecido e aço-níquel, dotadas com dois canhões Krupp de 280 mm L/40<sup>1</sup>, e duas torres em elipse com canhões de tiro rápido Krupp de 75 mm L/25 (EXERCITO BRASILEIRO, 2020). Chega-se à fortificação por mar, num cais, hoje em ruínas, ou por uma bucólica estrada arborizada, acompanhando um litoral aprazível, que se inicia na Praia de Fora e termina na Praia do Imbuí.

As origens do Forte Barão do Rio Branco estão no Forte da Praia de Fora, que tem suas raízes no Brasil Colônia. Não há registros precisos sobre a época da sua construção. No entanto, tudo indica que ocorreu concomitantemente com o estabelecimento da Bateria de Nossa Senhora da Guia, no ano de 1584, na Ponta de Santa Cruz, tendo sido erigida para atender a necessidade de proteção do flanco daquela posição. Nos dias de hoje sedia o 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC). O seu acesso é o mesmo para os Fortes Imbuí, São Luiz e Pico, ou seja, pela Alameda Marechal Pessoa Leal, nº 265, Jurujuba, Niterói, RJ (EXERCITO BRASILEIRO, 2020).

No alto do Morro do Pico (Figura 1), a cerca de 230 metros de altitude, estão localizadas as ruínas do Forte do Pico e do Forte São Luiz. A história destas fortificações remonta ao ano de 1584, com a implantação de um posto de vigilância no Morro do Pico, como elemento avançado de defesa e observação.

FIGURA 1: FORTE SÃO LUIZ E DO PICO



FONTE: Castro (2013)

1 Canhão de artilharia de defesa do litoral, desenvolvido pela Krupp no final do Sec. XIX, que foi usado na Primeira e na Segunda Guerra Mundial.

Outra fortificação foi construída em 1918, na parte mais elevada do morro e foi incorporado ao Forte Barão do Rio Branco em 1938. Possui quatro obuseiros Krupp de 280 mm<sup>2</sup>. O conjunto foi desativado em 1965, mas ainda preserva as guaritas e muros de pedra, bem como galerias e túneis. Do alto do morro é possível avistar a Fortaleza de Santa Cruz, o Morro da Urca e o Pão de Açúcar. Hoje, os Fortes estão sob a jurisdição do 21º GAC (BRASIL, 2020).

Em 1555, Villegaignon<sup>3</sup> improvisou uma fortificação para a defesa da entrada da Baía de Guanabara, no contexto da invasão francesa à cidade do Rio de Janeiro (1555 a 1567). A posição foi efetivamente ocupada pelos portugueses a partir de 1584 quando foi erguida uma bateria, sob a invocação de Nossa Senhora da Guia, com o nome de Bateria Nossa Senhora da Guia, origem da Fortaleza de Santa Cruz da Barra.

Com uma área construída de 7.153 m<sup>2</sup>, passou por reformas e teve seu poder de fogo ampliado por ordem do Vice-Rei Conde da Cunha (1765), visando a proteger o embarque de ouro de Minas Gerais, feito no Porto do Rio de Janeiro. A Fortaleza de Santa Cruz da Barra participou de momentos importantes da história do Brasil, impedindo invasões francesas e holandesas. Enquanto presídio, lá estiveram presas figuras ilustres como José Bonifácio, Bento Gonçalves e Euclides da Cunha. Durante a revolta da armada, lutou contra o Forte de Villegaignon. Em 1922, combateu na Revolta Tenentista e trocou fogos com o Forte Copacabana. Seu último disparo foi dado contra o cruzador Tamandaré, em 1955. (BRASIL, 2020)

Atualmente, existe um grande interesse na visita à Fortaleza de Santa Cruz, tendo recebido em 2019, 60.000 visitantes, conforme controle da Seção de Comunicação Social da Artilharia Divisionária/1. O acesso dos visitantes se dá por terra de forma bastante dificultada pelas ruas estreitas do bairro de Jurujuba, em Niterói. A Fortaleza consta no roteiro turístico da cidade, como seu segundo ponto mais visitado.

As instalações de apoio turístico já existentes na Fortaleza de Santa Cruz, permitem atender o público visitante com venda de ingressos, uso de sanitários e restaurantes. O aproveitamento da estrutura de atracadouros, que existe junto ao seu costão rochoso (Figura 2), é uma solução excelente para o acesso aos Fortes Rio Branco, São Luiz e do Pico, além de ser uma alternativa para o Forte do Imbui. Foi testada e aprovada pelas embarcações de empresas de turismo da região, em viagens experimentais.

O seu uso tem potencial para o incremento da oferta turística no Rio de Janeiro, gerando, em consequência da sua viabilização, o aumento da permanência do turista nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

---

2 O Obuzeiro de 280 mm da KRUPP foi um projeto do final do século XIX, inicialmente destinado à defesa costeira (MORI; CASTRO, 2010).

3 Nicolas Durand de Villegaignon, Almirante francês, que conduziu a invasão francesa no Rio de Janeiro, em 1555.

FIGURA 2: ATRACADOURO DA FORTALEZA DE SANTA CRUZ



FONTE: O autor (2019)

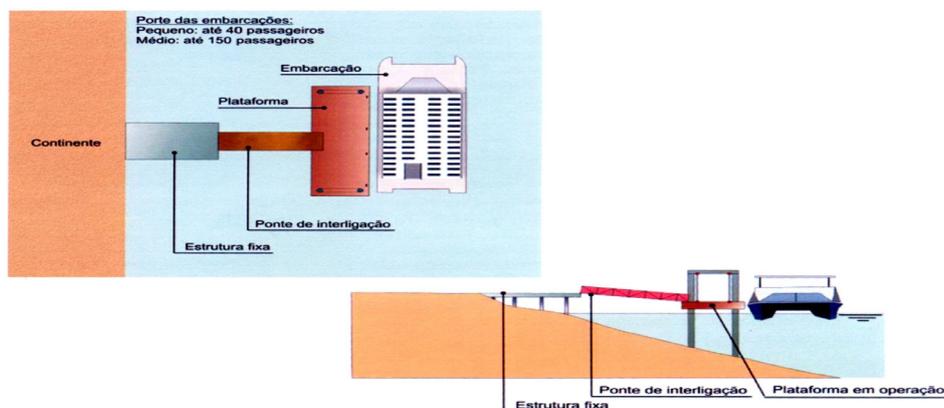
FIGURA 3: CAIS IMPERIAL DA FORTALEZA DE SANTA CRUZ



FONTE: O Autor (2020)

No Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico na Baía da Guanabara: BG/2010 (Vogel, 2011), consta como solução a ser adotada para melhorar as condições de conforto e segurança para os visitantes no seu embarque e desembarque em atracadouros deste tipo, a implantação de uma plataforma elevadiça (Figura 4). Ela permitiria vencer as oscilações de maré com segurança e aumentar a capacidade de receber embarcações de pequeno e médio porte. Em função das características locais mais desabrigadas e distantes das áreas edificadas, o referido Plano prevê também que seja oferecida espera coberta entre o cais e a plataforma (Figura 5).

FIGURA 4: PLATAFORMA ELEVADIÇA



FONTE: Plano De Desenvolvimento de Turismo Náutico (2010)

FIGURA 5: ESPERA COBERTA



FONTE: Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico (2010)

O Forte do Gragoatá, foi construído entre os séculos XVII e XVIII, com o nome de Forte de São Domingos. Em 1831 foi desativado. Com a Questão Christie<sup>4</sup>, ocorrida em 1862, entre o Brasil e a Inglaterra foi reparado e rearmado. Permaneceu inativo, nos anos seguintes, até que, na Revolta da Armada (1893-1894), serviu de aquartelamento aos Batalhões Acadêmicos organizados por jovens estudantes legalistas, ocasião em que foi duramente bombardeado pelos navios revoltosos

4 A Questão Christie foi uma crise diplomática na área das relações internacionais entre os governos do Império do Brasil e do Império Britânico, que ocorreu entre 1862 e 1865.

Tamandaré e Aquidaban. Já abrigou a Seção de Comando do Grupamento Leste da Artilharia de Costa, o Comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, o Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército, a 2ª Circunscrição de Serviço Militar e, atualmente, é sede do Órgão Pagador de Inativos e Pensionistas de Niterói-RJ. Seu acesso se dá pela avenida Milton Tavares de Souza, 151, Gragoatá, Niterói, RJ (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2020).

Conhecida como Fortaleza de São João ou Forte São João, está localizada no lado ocidental da barra da Baía de Guanabara, na várzea entre o sopé dos Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro. A primitiva Fortaleza de São João foi erguida por Estácio de Sá, por ocasião da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565.

Ampliada e reformada ao longo do tempo, entrou em serviço em 1618, sendo constituída por quatro redutos: São José, São Martinho, São Teodósio e São Diogo. Desarmada durante a Regência, foi, por ordem de D. Pedro II, inteiramente reformada em 1872. Participou de importantes episódios da história do país, guarnecendo vários Grupos de Artilharia de Costa até 1991. (FUNCEB, 2020).

Na Fortaleza São João, atualmente, encontra-se o Centro de Capacitação Física do Exército e a Escola Superior de Guerra. A Fortificação recebeu cerca de 5.000 visitantes em 2019 no seu roteiro turístico, conforme o controle do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEX). Embora exista facilidade de acesso terrestre, a visitação a partir da via náutica otimizaria o fluxo turístico por meio das embarcações oriundas da Marina da Glória com destino à Fortaleza de Santa Cruz ou aos Fortes de Copacabana e Duque de Caxias.

A atracação poderia ser realizada em um cais existente, conhecido como “Maruja” (Figura 6), localizado na porção noroeste do Forte ou adaptando um cais adjacente, situado junto à entrada da Fortaleza.

FIGURA 6: CAIS DA MARUJA



FONTE: O autor (2019)

O projeto para construção de uma fortificação na ponta da Igrejinha (Igreja de Nossa Senhora de Copacabana), onde hoje se encontra o Forte de Copacabana, remonta à época da transferência da capital do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro, que ocorreu em 1793. A partir de 1808, D. João VI determinou para o local o projeto de um novo forte, que somente foi artilhado em 1823, na conjuntura da Guerra da Independência, quando se receava um ataque da Armada Portuguesa à capital da nação recém-emancipada. Posteriormente, em 1834, à época do Período Regencial, juntamente com as demais fortificações do país foi desarmado (BRASIL, 2020c).

No Período Republicano, quando da Revolta da Armada, a antiga posição do Forte de Copacabana voltou a ser artilhada em 1893. A fortificação definitiva, atual, só viria a se materializar, em 1908, quando se iniciou a sua construção, sendo inaugurada, em 28 de setembro de 1914, pelo então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Atualmente sedia o Museu Histórico do Exército, despertando grande interesse na visita das suas instalações, não só por ter sido palco de acontecimentos importantes da história do Brasil, mas também, pelas atividades socioculturais lá empreendidas.

O museu possui completa estrutura para a recepção dos visitantes, oferecendo lojas de souvenirs, restaurante, cafeteria, salões de aluguel para eventos culturais e exposições temporárias, auditório, biblioteca, estacionamento e bilheteria. O Forte de Copacabana recebeu mais de 400.000 visitantes no ano de 2019, de acordo com registros da Seção de Comunicação Social do MHEX, sendo considerado o terceiro atrativo turístico mais visitado do Rio de Janeiro.

A solução do problema da atracação passa pela implantação de uma plataforma elevadiça, interligada ao cais já existente (Figura 7), no Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros (GMAR), localizado no final da Praia, em área de Marinha, contígua ao Club Marimbás e ao Forte de Copacabana.

FIGURA 7: CAIS DO CORPO DE BOMBEIROS



FONTE: O autor (2019)

Tendo em vista as interferências que poderão ocorrer em determinados períodos do ano com o fenômeno das ressacas, é recomendada a adoção deste modelo de plataforma (Figura 7). Seus pilares-guias devem ser baixos (ocasionando menor interferência na paisagem), tendo seus topos pouco acima da máxima elevação da plataforma para nível seguro. Pelos mesmos motivos paisagísticos, a plataforma não deverá ter cobertura fixa, apenas um sistema de toldos removíveis a ser utilizado em dias chuvosos (Plano de Desenvolvimento de Turismo Náutico - BG/2010).

FIGURA 8: PIER DE ATRACACAO DO GMAR



FONTE: Plano de Desenvolvimento do Turismo Náutico ( BG/2010)

A primeira instalação militar levantada no alto do Morro do Leme foi mandada construir pelo Vice-Rei do Estado do Brasil - D. Luis de Almeida Portugal - entre 1776 e 1779, e teve seu nome associado à sua finalidade, qual seja vigiar a entrada da Baía de Guanabara, daí Forte do Vigia ou da Espia. Somente após a independência do Brasil de Portugal, em 1823, é que o forte foi guarnecido com cinco canhões. O Forte atual, construído entre 1913 e 1919, foi rearmado com 4 obuseiros Krupp de 280 mm, completando, assim, o sistema defensivo do porto do Rio de Janeiro (CEP, 2020).

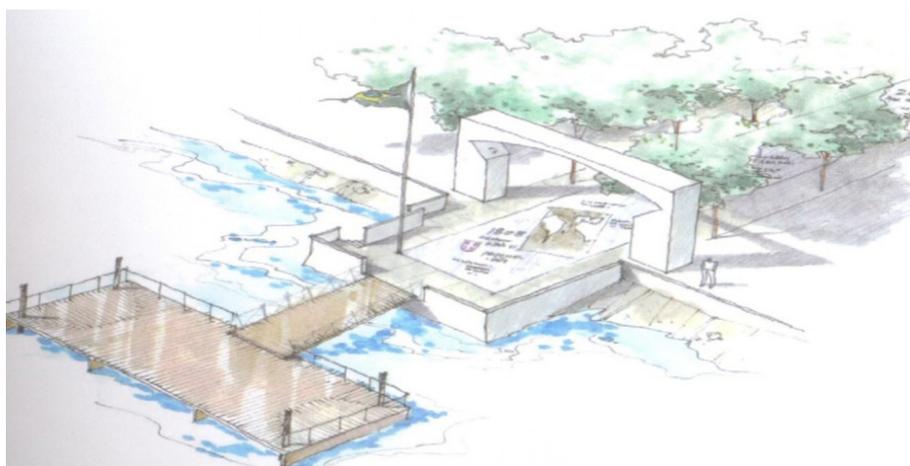
Em 22 de agosto de 1935, o Presidente Getúlio Vargas, a fim de homenagear o Marechal Luis Alves de Lima e Silva, mudou a denominação de Forte do Vigia para Forte Duque de Caxias. Desativado em 1965, passou a sediar o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), tendo sua denominação alterada, em 2008, para Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias.

A Igreja do Bom Jesus da Coluna é a única edificação que restou do convento franciscano erguido na ilha de mesmo nome, às margens da Baía de Guanabara, nos primeiros anos do século XVIII. Há relatos afirmando que a capela teve grande prestígio na época de Dom João VI, devoto de São Francisco de Assis. Consta, que no local foi realizado um banquete para festejar o nascimento de D. Maria da Glória, sua neta (IPHAN, 2020).

No século XIX, a ilha foi desapropriada pelo Ministério da Guerra, que utilizou o convento que existia, adjacente à Igreja, no período de 1823 a 1850, para isolamento dos portadores de diversas moléstias (lepra, febres e cólera). A partir de 1868, construíram-se outras instalações, que passaram a servir de Asilo aos Inválidos da Pátria (AIP), oriundos da Guerra do Paraguai, Canudos e do Contestado (SANTOS JÚNIOR, 2010, p.7-9). Este patrimônio histórico necessita ser conhecido, com vistas ao seu melhor aproveitamento por parte do Exército e da sociedade brasileira, em atividades turísticas e culturais.

Neste contexto, justifica-se plenamente a restauração do cais (Figura 9) já existente junto ao AIP (construído no século XIX, a mando da Princesa Isabel), de modo a viabilizar o acesso de roteiros turísticos, a partir de um dos circuitos a serem implantados na Baía de Guanabara.

FIGURA 9: CAIS FLUTUANTE DA ILHA DE BOM JESUS



FONTE: O autor (2019)

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, mais conhecido como Monumento aos Pracinhas foi idealizado pelo Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com o objetivo de homenagear e trazer de volta à Pátria os restos mortais dos brasileiros mortos nos campos de batalha da Itália, enterrados no cemitério de Pistóia à época do conflito. Em dezembro de 1960, as 468 urnas com os despojos dos soldados brasileiros foram trasladadas da Itália e entregues em solenidade militar, inaugurando o Monumento.

No primeiro patamar está instalado um museu, contendo mostruários de objetos ligados às operações de guerra dos veteranos que lutaram na Itália. No subsolo, descendo por uma escadaria em mármore se chega à Câmara Fúnebre. Lá estão os 468 jazigos de mármore preto nacional com tampas de mármore de

Carrara, contendo gravadas as informações do morto. Quinze jazigos não possuem nomes gravados porque se referem a desaparecidos e a mortos não identificados. Nesses jazigos estão escritas a seguinte frase: “*Aqui jaz um herói da FEB (Força Expedicionária Brasileira) – Deus sabe o nome*”. À esquerda, na parede, estão gravados os nomes dos 800 homens das Marinhas de Guerra e Mercante, dos militares do Exército mortos nos torpedeamentos e dos combatentes não identificados (WikiRio, 2020). Ele localiza-se no Aterro do Flamengo, ao lado da Marina da Glória, local de partida dos passeios pela Baía de Guanabara, realizados pelas empresas do setor de Turismo Náutico do Rio.

O Quadro a seguir apresenta a situação do Patrimônio Militar jurisdicionado à Marinha do Brasil e de interesse turístico. Na sequência, serão descritos os detalhes históricos e culturais de cada atrativo.

QUADRO 2 : PATRIMÔNIO MILITAR DA MARINHA DO BRASIL

Tipo	Nome	Local	Atracadouro
Museu	Espaço Cultural da Marinha	Rio de Janeiro	Sim
	Ilha Fiscal		
	Museu Naval		Não (Usa o atracadouro da Estação das Barcas ou o do Espaço Cultural da Marinha)
	Forte São José (Ilha das Cobras)	Niterói	Sim
	Complexo Naval da Ponta da Armação		
	Museu da Imigração (Ilha das Flores)		

FONTE: O AUTOR (2019)

O Espaço Cultural da Marinha, local de visitação e compra dos ingressos para a Ilha Fiscal e Passeio Marítimo, passava por manutenção quando esse texto estava sendo elaborado. O prédio museológico estava fechado para obra de recuperação estrutural do píer. O Espaço Cultural da Marinha apresenta atrações culturais variadas, como o Submarino Riachuelo, o Contratorpedeiro Bauru, o Helicóptero Sea King, a Nau dos Descobrimientos e o carro de combate Cascavel. Desse prédio partem dois roteiros de turismo náutico, sendo um pela Baía de Guanabara e o outro para a Ilha Fiscal. (BRASIL, 2020b).

Transferida para a Marinha pelo Ministério da Fazenda, em 1913, a Ilha Fiscal faz parte do Complexo Cultural da DPHDM. Ela foi cenário do evento que ficou conhecido como “O último baile do Império”, realizado alguns dias antes da Proclamação da República. A Ilha Fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado. Décadas

se passaram e o “castelinho”, como é chamado por muitos, que testemunhou tantos fatos históricos é, ainda hoje, uma das principais atrações turísticas do Rio (MARINHA DO BRASIL, 2020).

A Fortaleza de São José da Ilha das Cobras está localizada na antiga ilha de Paranapecu ou das Madeiras, que pertenceu aos monges beneditinos, hoje ilha das Cobras, no interior da baía da Guanabara. Nesta ilha foram construídas sucessivamente três fortificações: Fortaleza de Santa Margarida, Forte Agostinho e Fortaleza Pau da Bandeira. Em 1761, o complexo recebeu o nome de Fortaleza de São José da Ilha das Cobras. No contexto da conquista da Guiana Francesa pelas forças da Brigada Real da Marinha, origem do Corpo de Fuzileiros Navais, esta tropa foi aquartelada na Fortaleza em 21 de Março de 1809 (FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA ILHA DAS COBRAS, 2020).

O Museu Naval está abrigado em um prédio centenário no centro da cidade do Rio de Janeiro, junto ao píer de atracação da Estação das Barcas da Praça XV e do Espaço Cultural da Marinha. Possui, em seu acervo, modelos navais, obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas e documentos históricos (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Já o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (Figura 10) está sediado no Complexo Naval da Ilha das Flores (CNIF) e mantido por meio de um convênio entre a Marinha do Brasil e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ele se configura como um “Museu a Céu Aberto”, cujo roteiro é mediado por estudantes de graduação em História da UERJ e orientado por totens espalhados ao longo da Ilha.

FIGURA 10: CENTRO DE MEMÓRIA DA IMIGRACAO, CAIS ILHA DAS FLORES



FONTE: O autor (2019)

Além disso, esse espaço museológico possui em sua sede administrativa, dois

salões expositivos e um auditório, onde atualmente encontrava-se aberta a Exposição “Os moradores, suas fotos e suas memórias”, contando um pouco da história da primeira hospedaria de imigrantes criada pelo governo brasileiro, que funcionou entre 1883-1966 (MARINHA DO BRASIL, 2020).

FIGURA 11: CAIS DO COMANDO DA TROPA DE REFORÇO



FONTE: O autor (2019)

As visitas ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores são gratuitas, podendo ser realizadas por via terrestre ou náutica, acessando o cais do Comando da Tropa de Reforço do Corpo de Fuzileiros, localizado na Avenida Paiva, s/nº - Ilha das Flores - Neves - São Gonçalo/RJ.

Construído entre os anos de 1644 e 1666, na Ponta da Armação em Niterói, o edifício da Casa d’Armas da Ponta da Armação, apresenta linhas austeras e nobres, sendo um patrimônio histórico-naval brasileiro. Destinava-se a abrigar as atividades pioneiras de desenvolvimento tecnológico autóctone de sistemas de armas navais, para defesa dos interesses do País (MARINHA DO BRASIL, 2020).

O patrimônio histórico militar de interesse turístico, jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica, representado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), encontra-se instalado no prédio onde funcionou a Estação de Passageiros de Hidroaviões do Rio de Janeiro. O edifício foi construído pelo Governo Brasileiro, às margens da Baía de Guanabara e inaugurado pelo Presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1938. Com o progresso da Aviação e a obsolescência dos hidroaviões, substituídos por aviões mais modernos, o edifício ficou em desuso a partir de 1942 (BRASIL, 2020a).

Pela sua importância histórica e paisagística, o prédio foi tombado pelo IPHAN, em 29 de janeiro de 1957. Em 1986, passou a ser ocupado pelo INCAER, tornando-se a sua sede definitiva, situado na Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro, Rio de Janeiro.

Assim, a partir de Coelho (2011) é possível afirmar que o resultado obtido por essas informações levantadas na malha patrimonial, existente às margens da Baía de Guanabara, quando examinado sob a ótica de recursos turísticos de caráter histórico e militar, pode ser apresentado sob diferentes formas de atrações de Turismo Militar e de Turismo Cultural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível concluir-se que o turismo militar na Baía de Guanabara tem possibilidades reais de acontecer com sucesso, através do uso do patrimônio histórico-militar existente no seu entorno, potencializando a sua já inigualável vocação turística. A Baía de Guanabara e seu entorno costeiro se revelaram, a partir do reconhecimento do seu legado/patrimônio militar como atrativo, como um espaço geográfico propício para a configuração de um projeto de turismo militar. Esse projeto requer a utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística e desenvolvimento dar-se-á na medida em que se solucionem os pequenos problemas de revitalização dos seus pontos de atracação e de melhorias na infraestrutura de recepção e guia dos visitantes.

A inovação da proposta aqui apresentada, reside principalmente, em oferecer um destino à atividade turística náutica, hoje realizada na Baía de Guanabara, fortalecendo o viés histórico-cultural com a visitação aos monumentos, fortificações e instalações militares integrantes dos roteiros, em vez da mera contemplação lúdica desse patrimônio. Além da praia, sol e carnaval o visitante nacional e internacional que estiver no Rio de Janeiro terá ao seu dispor um produto diferenciado aumentando a seu tempo de permanência.

A existência de um patrimônio cultural de valor reconhecido mundialmente, como patrimônio da humanidade, aqui representado pelas fortificações militares da Baía de Guanabara, constitui um fator relevante de diferenciação para o turismo, justificando o esforço público ou privado para explorá-lo adequadamente. E por último, e complementando as conclusões acima referidas, salienta-se a necessidade de uma colaboração interdisciplinar e cooperação entre operadores culturais, institucionais e econômicos, na busca ao atendimento de políticas de comercialização desse produto turístico novo e promissor.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, A. Plano turístico que pode salvar a Baía de Guanabara começa a sair do papel. **Diário do Rio**. Disponível em: <https://diariodorio.com/plano-turistico-para-a-baia-de-guanabara-comeca-a-sair-do-papel/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

CASTRO, A. H. F. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, p. 8-22, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha do Turismo Náutico**: orientações básicas. 3ª Edição. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: MT, 2006.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Exército Brasileiro - Comando Militar do Leste**. Niterói. Disponível em: <http://www.cml.eb.mil.br/fortes-e-fortalezas/niteroi-rj.html>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Força Aérea Brasileira**. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/incaer/index.php/historico>. Acesso em: 2 mai. 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Diretoria do patrimônio histórico e documentação da Marinha. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/museus/museu-naval>. Acesso em 2 mai. 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EB em Revista**. Disponível em: <https://resiscomsex.eb.mil.br/web/resiscomsex/cml/>. Acesso em 18 mai. 2020c.

CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS (CEP). **Histórico**. Disponível em <http://www.cep.eb.mil.br/historico-forte>). Acesso em: 6 jun. 2020.

COELHO, J. F. P. **Turismo Militar como segmento do Turismo Cultural**: Memória, Acervos, Expografias e Fruição Turística. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Aveiro. Portugal, 2011.

FORTALEZAS. **Fortaleza de São José da Ilha das Cobras**. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=301](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=301)). Acesso em: 2 maio 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO EXERCITO (FUNCEB). **Espaço Cultural**. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/espacoCultural.asp?materia=265>). Acesso em: 18 mai. 2020.

IGNARRA, L. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Igreja do Bom Jesus**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-igreja-do-bom-jesus/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta do Recife**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4057/fortificacoes-brasileiras-serao-foco-de-politica-para-incremento-do-turismo-no-brasil> . Acesso em: 2 mai. 2020a.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). **A Baía de Guanabara, segunda maior baía do litoral brasileiro, possui uma área de cerca de 380km<sup>2</sup>, englobando praticamente toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: [www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br). Acesso em: 2 mai. 2020.

MORI, V. H.; CASTRO, A. H. F. Evolução da Artilharia. In: CASTRO, A. H. F.; LEMOS, C. A. C.; MORI, V. H. **Arquitetura Militar**. Brasília: FUNCEB, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: [cesso em:https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil](https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil). Acesso em: 18 mai. 2020.

SANTOS JÚNIOR, J. C. Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara. In: VI Seminário Regional de Cidades Fortificadas e Primeiro Encontro Técnico de Gestores de Fortificações. **Anais...** Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br/6seminario/index.php>. Acesso em: 2 mai. 2020.

WIKIPEDIA. **Forte de São Domingos de Gragotá**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_de\\_S%C3%A3o\\_Domingos\\_de\\_Gragoat%C3%A1#/media/Ficheiro:Forte\\_de\\_S%C3%A3o\\_Domingos\\_de\\_Gragoat%C3%A1\\_by\\_Diego\\_Baravelli\\_01.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_de_S%C3%A3o_Domingos_de_Gragoat%C3%A1#/media/Ficheiro:Forte_de_S%C3%A3o_Domingos_de_Gragoat%C3%A1_by_Diego_Baravelli_01.jpg) Acesso em: 18 mai. 2020.

WIKIRIO. **Monumento aos Pracinhas**. Disponível em: [https://www.wikirio.com.br/Monumento\\_aos\\_Pracinhas](https://www.wikirio.com.br/Monumento_aos_Pracinhas) Acesso em: 18 mai. 2020.

RICCIARDI, A. Instituto Niemeyer resgata projeto que aposta no turismo náutico. **Jornal do Estado do Rio**. Disponível em <https://www.jornaldoestadodorio.com.br/baia-de-guanabara-um-potencial-turistico-a-ser-resgatado/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

VOGEL, D. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Náutico na Baía da Guanabara BG/2010**. Rio de Janeiro, 2011.

Recebido em: 02-02-2020.

Aprovado em: 19-09-2020.

**TS**